

VIOÊNCIA DE GÊNERO NO CONTEXTO ESCOLAR: REFLETINDO SOBRE ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO ATRAVÉS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Gender violence in the school context: reflecting on coping strategies through university extension

Caroline Fernanda Santos da Silva¹ Andriele Rodrigues Moraes²
Katia Glashorester da Silva Rocha³

RESUMO

Este trabalho apresenta algumas reflexões suscitadas a partir da aplicação do projeto de extensão universitária do curso de Serviço Social da ULBRA, intitulado: “Promoção da Paz e Estratégias de Enfrentamento à Violência de Gênero nas Escolas”, no período de 2016-1. Apresentamos algumas das situações vivenciadas pelas alunas extensionistas e pela professora coordenadora do projeto durante o “jogo de tabuleiro”, metodologia desenvolvida junto aos alunos do Ensino Médio da cidade de Canoas/RS, em uma escola da rede estadual de ensino. Para oferecer subsídios à discussão, este trabalho apresenta também algumas reflexões sobre a conjuntura econômica, política e social do país e do estado do Rio Grande Sul; bem como uma discussão sobre a violência de gênero e a culpabilização da mulher na sociedade atual, e o papel da extensão universitária nesse contexto.

Palavras-chave: Violência de gênero. Contexto escolar. Extensão universitária.

ABSTRACT

This paper presents some reflections arising from the application of university extension project of the Social Service course ULBRA, entitled “Promotion of Peace and the Coping Strategies in Schools Gender Violence” in the 2016-1 period. Here are some of the situations experienced by extension students and the teacher coordinator of the project for the “board game” methodology developed

¹ Caroline Fernanda Santos da Silva - Assistente Social e Mestre em Serviço Social. Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da ULBRA. Coordenadora do Projeto de Extensão “Na Paz: Estratégias para a Promoção da Igualdade Racial e de Gênero nas Escolas”. E-mail: carolfrs@yahoo.com.br; ² Andriele Rodrigues Moraes - Acadêmica de Serviço Social da Universidade Luterana do Brasil - ULBRA. E-mail: rm.andriele@gmail.com; ³ Katia Glashorester da Silva Rocha - Assistente Social egressa da Universidade Luterana do Brasil - ULBRA. E-mail: katiaglas.as@gmail.com

with the students of high school in the city of Canoas / RS, in a school state schools. To provide the basis for discussion, this work also presents some reflections on the economic, political and social development of the country and of the Rio Grande do Sul state; as well as a discussion on gender violence and women's culpability in the current society, and the role of university extension in this context.

Key words: Gender violence. School context. University extension.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho apresenta algumas reflexões sobre as atividades realizadas com jovens do Ensino Médio da cidade de Canoas/RS, através do projeto de extensão universitária: "Promoção da Paz e Estratégias de Enfrentamento à Violência de Gênero nas Escolas", do curso de Serviço Social da ULBRA, no período de 2016.1. Essa ação se desenvolve em consonância com o que preconiza a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/06, quando prevê a realização de um conjunto articulado de ações, dentre as quais se destaca:

A promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres (Lei nº 11.340/06, Art. 8, Inciso V).

Evidencia-se, assim, o caráter preventivo das ações, que também pretendem oferecer subsídios para a atuação dos jovens como multiplicadores dessas informações em suas famílias e comunidades. Essa atuação possibilita a democratização do conhecimento, na medida em que divulgamos as principais medidas previstas pela Lei e os locais integrantes da Rede de Atendimento à Mulher do município.

Pretendemos apresentar com este artigo uma produção acadêmica resultante do contato direto com a realidade. A partir de nossa inserção no contexto escolar dos jovens, propomos aqui discutir alguns dos conceitos e valores presentes na sociedade brasileira no que se refere à violência contra a mulher, apontando alternativas para a construção da igualdade de gênero.

Dessa forma, o trabalho está composto da seguinte forma: inicialmente apresentamos uma discussão sobre a violência de gênero e a culpabilização da mulher na sociedade brasileira. Em seguida, expomos alguns questionamentos relacionados às abordagens de gênero no âmbito educacional, discutindo também o papel da extensão universitária no enfrentamento à violência contra a mulher.

Para finalizar o presente artigo, problematizamos alguns elementos presentes na avaliação realizada por uma das turmas contempladas com a atuação do projeto, sempre buscando oferecer visibilidade ao processo de trabalho desenvolvido pela equipe.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: DISCUTINDO A CULPABILIZAÇÃO DA MULHER

Gênero tem sido um conceito amplamente discutido em diferentes meios sociais, especialmente no acadêmico e no âmbito dos movimentos sociais. Ele pode ser entendido como sendo a construção psicossocial do masculino e do feminino. De acordo com Scott (1995)

gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos (...) O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (1995, p. 86).

O conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Verifica-se que a hierarquia é apenas presumida, e decorre da primazia masculina no passado remoto, transmitido culturalmente com os resquícios de patriarcalismo.

Podemos identificar que a questão da culpabilização da mulher tem início na história de Adão e Eva. Segundo essa concepção foi culpa dela as mulheres já nascerem pecadores neste mundo, afinal de contas, foi Eva que induziu Adão a comer o tal fruto proibido. A Bíblia é um dos fatores que mais fomenta o sexismo/machismo, contendo trechos em que é explícito o poder que o homem deve ter sobre a mulher e a submissão que essa deve ter com relação ao mesmo.

Na Roma Antiga, o patriarca detinha poder de vida e de morte sobre sua esposa e seus filhos. Hodiernamente, em que pese não mais ter o homem tal poder, são frequentes os casos em que homens matam suas companheiras, por motivos diversos, dentre os quais predominou, por longo tempo, o da livre defesa da honra masculina⁴.

O fenômeno da violência, na modalidade ora estudada, pode ser explicada como uma questão cultural que se situa no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força de dominação e potência contra as mulheres, sendo essas dotadas de uma virilidade sensível. Dessa forma, as violências física⁵, sexual⁶, moral⁷ não ocorrem isoladamente, visto que estão sempre relacionadas à violência psicológica⁸.

⁴ Conforme se vê na obra "A paixão no banco dos réus – casos passionais célebres: de Pontes de Miranda a Pimenta Neves" de autoria da Dr.^a Luiza Nagib Eluf, 2002.

Linda Gordon, apud Saffioti (2004), afirma que a violência não é expressão unilateral do temperamento violento, ela origina-se conjuntamente no seio familiar, ou seja, é formada por elementos que emanam do próprio pensamento social. É fato que a violência de gênero, como fenômeno social, encontra-se presente em todas as classes e “tipos” de cultura.

A violência de gênero é vista como um problema de saúde pública, sendo uma das maiores causas do adoecimento, principalmente de mulheres e demais integrantes das famílias que vivenciam esta problemática. Atualmente este tema está sendo debatido cada vez mais em diversos espaços e os serviços especializados em atendimento a mulheres em situação de violência são espaços novos no ramo das políticas públicas.

O grande desafio no enfrentamento da violência contra a mulher é a efetivação de uma rede de serviços para atender as mulheres que vivem situações de violência que agregue os diferentes programas e projetos, consolidando uma política social de atendimento. Os serviços existentes ainda não conseguem atender as mulheres de forma integral (Lisboa, 2005, p. 59).

O patriarcalismo sempre foi algo presente em nossa sociedade, perpassando todas as estruturas sociais, formando padrões de comportamento e enraizando a cultura machista nas relações sociais. Diante disso, o gênero feminino é sempre forte alvo da culpabilização quando a questão é a violência.

Quando uma menina torna-se jovem/adulta é seu dever usar roupas que não chamem a atenção dos homens, ou seja: se algo lhe acontecer a culpa será dela, pois “foi ela quem provocou” usando vestimentas inadequadas. Quando tornar-se mulher, vai descobrir que se ela engravidar inesperadamente a culpa será dela, pois afinal de contas, temos um entendimento geral de que cabe apenas à mulher o dever e a responsabilidade da anticoncepção. Se essa mulher mais tarde for traída pelo marido, a culpa continuará sendo dela, pois com certeza poderão ser identificadas “falhas” na sua conduta como esposa.

Nesse sentido, Queiroz e Diniz sinalizam que

aliando-se a essas questões, acrescentem-se as problemáticas que particularizam as mulheres numa sociedade permeada pela cultura machista e sexista, cujas expressões se materializam a partir do controle da sua sexualidade, da exploração do erotismo, da mercantilização do corpo e, fundamentalmente, da persistência da violência perpetrada contra esse segmento, cujos números no Brasil são bastante preocupantes, apesar da aprovação da Lei Maria da Penha (2014, p. 96).

⁵ Entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal (Lei n. 11340/06); ⁶ Entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada (Lei n. 11340/06); ⁷ Entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Lei n. 11340/06); ⁸ Entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto estima (Lei n. 11340/06).

É nesse cenário que vivemos, onde a mulher geralmente leva a culpa, apesar de não ser a culpada. Também influencia para essa situação o fator silêncio, de sempre se calar, se submeter, ignorar ou “deixar pra lá” as situações de violência. Além disso, a vergonha de expor a violência seja ela qual for, se alastra ainda mais, perpetrada pela presença do patriarcalismo e do machismo.

A violência doméstica é uma das violações de direitos humanos mais praticadas e menos reconhecidas do mundo, sendo um fenômeno que não distingue classe, etnia, religião ou idade. Basta abrir os jornais para ver a quantidade de mulheres mortas por maridos/companheiros de classe média e alta, onde grande parte desses são casos são de vítimas que vinham sendo frequentemente espancadas, mas a situação só chega ao conhecimento público quando a violência cresce a ponto de culminar com a tentativa ou o próprio feminicídio⁹ em si.

Esta é uma violência invisível, que se esconde por detrás das paredes, portas e cortinas de casas que deveriam proteger as mulheres. O lar que deveria ser um “porto” seguro, muitas vezes, é cenário de todo tipo de violência física e também psicológica da qual a mulher nem sempre se dá conta. Tornam-se vítimas da falta de conhecimento dos próprios direitos e, às vezes, por dependência financeira ou por acreditarem na mudança do parceiro, maridos e namorados, acabam por continuarem o círculo vicioso de violência ao lado de seus agressores.

A violência doméstica demorou em ser reconhecida como violência de gênero, pois promove relações desiguais, devido aos comportamentos machistas presentes na sociedade. No ano de 1995, no estado de São Paulo, foi criada a primeira Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher - DEAM, logo depois foram criadas mais de 150 espalhadas em outros estados¹⁰.

Assim, podemos afirmar que a violência de gênero representa um retrocesso social, visto que uma sociedade marcada por altos índices dessa modalidade de violência aproxima-se mais dos tempos primitivos, distanciando-se do futuro, onde as diferenças entre homens e mulheres estarão restritas as características biológicas e anatômicas, não havendo assim submissão de um gênero ao outro – é para isso que trabalhamos.

⁹ São os assassinatos de mulheres decorrentes de conflitos de gênero, notadamente, pelo fato de serem mulheres. Tais crimes são geralmente perpetrados por homens, principalmente parceiros ou ex-parceiros, e decorrem de situações de agressões nos domicílios, ameaças ou intimidação, violência sexual ou situações nas quais a mulher tem menos poder ou menos recursos do que o homem (IPEA, 2013); ¹⁰ A capital Porto Alegre e a Região Metropolitana contam hoje com 05 (cinco) Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, espalhadas nas cidades de Canoas, Gravataí, Guaíba, Viamão e a Porto Alegre.

AS ABORDAGENS DE GÊNERO NO CONTEXTO ESCOLAR E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: REFLETINDO SOBRE ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

Considerando a realidade social brasileira, é preciso compreender que a discussão relativa aos papéis de gênero deve estar cada vez mais presente no âmbito educacional. Isso pode fazer a diferença quando se trata de problematizar um conjunto de comportamentos, atitudes, expectativas, valores e estereótipos associados ao papel dos homens e das mulheres na sociedade atual.

Cabe destacar que, desde 1993, a partir da Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, os direitos humanos das mulheres são reconhecidos. Consta na Declaração de Direitos Humanos de Viena, em seu § 18 que “os direitos humanos das mulheres e das meninas são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais”.

Apesar disso, ainda hoje tais direitos não se cumpram na sua totalidade – já que ainda nos deparamos com a desarticulação, a falta de transversalidade e intersetorialidade entre as diferentes políticas setoriais, ou mesmo com a diferença entre o que está posto nas leis e a sua materialidade.

Discutir a violência de gênero no âmbito da escola se constitui como uma proposta absolutamente necessária e oportuna, na medida em que se busca, através disso, desenvolver uma postura crítica dos(as) alunos(as) em relação aos processos de naturalização e banalização da violência, em todas as suas formas. Isso, considerando que a educação deve formar integralmente as pessoas, estimulando sua capacidade crítica, criativa e participativa, de acordo com o que afirma Tonet,

Considera-se que a educação deve formar (...) indivíduos capazes de pensar com lógica, de ter autonomia moral; indivíduos que se tornem cidadãos capazes de contribuir para as transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas que garantam a paz, o progresso, uma vida saudável e a preservação do nosso planeta (2006, p. 15).

Nesse contexto, é fundamental estimular nos jovens uma reflexão que possibilite a compreensão das implicações éticas e políticas de diferentes posições sobre o tema, a fim de que construam sua própria opinião nesse debate.

... busca-se contribuir (...) com a escola em sua missão de formadora de pessoas dotadas de espírito crítico e de instrumentos conceituais para se posicionarem com equilíbrio em um mundo de diferenças e de infinitas variações. Pessoas que possam refletir sobre o acesso de todos/as à cidadania e compreender que, dentro dos limites da ética e dos direitos humanos, as diferenças devem ser respeitadas e promovidas e não utilizadas como critérios de exclusão social e política (Carra, 2009, 16)

Precisamos, portanto, ir além da promoção de uma atitude apenas tolerante para com a diferença. É preciso estimular a promoção da igualdade entre os gêneros, numa perspectiva de eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher.

Para isso, é fundamental assegurar a mesma possibilidade de acesso aos estudos em todos os níveis de formação para meninos e meninas; bem como reduzir as taxas de evasão escolar feminina (CEDAW, 2000). Os desafios colocados para a escola são diversos e a extensão universitária tem um importante papel nesse contexto.

A Extensão Universitária é um dos pilares que constituem a Universidade brasileira, em conjunto com a Pesquisa e o Ensino. Ela fortalece o diálogo entre Universidade e sociedade, procurando realizar ações que possam intervir na solução de problemas de relevância social e técnica do conjunto da sociedade. De acordo com Cavalcanti

... a relação ensino, pesquisa e extensão possibilita a democratização do conhecimento, a participação qualificada da comunidade, a produção acadêmica resultante do confronto com a realidade, o processo dialético entre teoria e prática e a noção de extensão como trabalho interdisciplinar, favorecendo a visão integrada do social (2005, p. 24).

Além disso, as iniciativas de extensão universitária possibilitam o diálogo entre diferentes realidades sociais, buscando inspiração para elaborar e reelaborar ideias, conceitos e saberes. Neste sentido, o projeto de extensão universitária do curso de Serviço Social da ULBRA “Promoção da Paz e Estratégias para Enfrentamento à Violência de Gênero nas Escolas” estabelece parceria com as escolas do município, tendo como objetivo geral difundir os direitos das mulheres a uma vida livre de violência junto aos estudantes do Ensino Médio da cidade de Canoas.

Os objetivos específicos do projeto são: contribuir para a superação das situações de violação de direitos e violência de gênero na escola; favorecer a vivência grupal no âmbito escolar com a participação ativa dos envolvidos, em prol da construção de uma educação não sexista; e promover orientações e informações sobre a Lei Maria da Penha e os mecanismos de proteção à mulher em situação de violência.

Entendemos que a extensão universitária é capaz de imprimir um novo rumo à universidade e de contribuir significativamente para sua mudança, em um movimento dialético.

A violência contra a mulher é um problema social de grandes proporções no Brasil e no mundo, constituindo-se em uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos (BRASÍLIA, 2007). Nesse contexto, faz-se de primordial importância informar os adolescentes a respeito das estratégias de enfrentamento a este tipo de violência, bem como promover o empoderamento dos mesmos em possíveis situações de conflito familiar e violência doméstica a que possam estar expostos.

Trazer aos jovens discussões a respeito do papel tanto da mulher como do homem na sociedade, divulgar a Lei que protege as mulheres vítimas de violência e como fazer valer tal lei, se faz importante para que haja um impacto positivo nessa geração, visando desenvolver o entendimento com relação ao respeito para com a mulher como sujeito de direitos, preparando-os para a vida adulta, momento em que estarão ainda mais suscetíveis a tais manifestações da violência.

A campanha educativa com os alunos do Ensino Médio inicia-se a partir do contato com a direção da escola, supervisão escolar e, eventualmente, com o grupo de professores. Depois de feitos os acordos iniciais a respeito da atividade (tempo de duração, dia de semana e horário indicados, apresentação da equipe), iniciamos o contato direto com os alunos, em sala de aula – quando a equipe se apresenta e explica a proposta da atividade, convidando-os a participar.

Após esse contato inicial, conduzimos a divisão da turma em 3 ou 4 pequenos grupos (divisão feita por eles, de acordo com afinidade) e iniciamos o “jogo do tabuleiro”, em que cada grupo joga um dado e percorre o número de casas no tabuleiro, respeitando o número expresso pelo dado, discutindo com seu pequeno grupo uma das cartas, que servem de tema para o debate.

Depois de discutir com o pequeno grupo, cada um expõe ao grande grupo sua carta e o processo reflexivo provocado por ela, expondo sua opinião a respeito do tema com a turma. A partir daí inicia-se um diálogo e exposição das questões propostas pelas cartas-tema e pelo interesse dos presentes, então a demanda é identificada a partir de informações/questionamentos que emanam do próprio grupo de alunos.

Conforme Tatagiba e Filártiga,

todo que é projetado passa a ter forma e significado dentro do contexto grupal, possibilitando maior e melhor conhecimento da dinâmica de cada grupo com o qual trabalhamos. Através desse método os participantes se colocam de forma livre, de acordo com a sua percepção sobre determinada realidade. (...) o facilitador deve estar preparado para lidar com situações inesperadas, já que o resultado de cada dinâmica dependerá do que o grupo irá produzir. (...) apesar de manifestado aqui e agora, está contaminado pela história de vida das pessoas, representando as crenças, valores e verdades dos integrantes do grupo (2002, p. 36).

Entendemos que essa dinâmica proporciona maior liberdade de expressão entre os participantes, que ao final da atividade recebem também informações básicas a respeito da rede de atendimento do município (locais disponíveis para o atendimento às mulheres em situação de violência), bem como um material informativo elaborado pela equipe. Essa intervenção é registrada e documentada pelos facilitadores, afim de evidenciar o processo de trabalho desenvolvido.

Evidenciamos o papel do Serviço Social na publicização dos direitos e no empoderamento das mulheres na escola, pois em uma sociedade considerada democrática, a informação é condição para cidadania, além de despertar a consciência e representar um instrumento de ação/mobilização. De acordo com Queiroz e Diniz,

mediante esse novo quadro conjuntural (...) o momento presente desafia os(as) assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as mudanças que ocorrem na realidade social. Entre as novas competências exigidas está, sobretudo, a produção de conhecimento acerca da complexa realidade em que cada profissional se insere em diferentes espaços sócio ocupacionais, visando dar suporte a sua intervenção (2014, p. 98).

DISCUTINDO ALGUNS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Considerando o período de 2016.1, 121 jovens já foram contemplados pelo projeto, num total de 4 turmas de Ensino Médio. Apresentamos abaixo o resultado da avaliação realizada com uma dessas turmas (25% do universo contemplado).

A tabela abaixo apresenta a avaliação realizada pelos alunos da Turma 1 F, da escola A¹¹, realizada no dia 13/05/2016. Os alunos responderam a quatro questões específicas sobre a qualidade do acolhimento e da dinâmica, sobre sua própria participação e sobre a qualidade das informações prestadas. Seguem informações:

| TABELA 1 - Avaliação - Turma 1 F - Escola A, dia 13/05/2016 | | |
|--|------------------|---------------------|
| | Avaliação | Nº de Alunos |
| Qualidade do acolhimento | BOM | 31 |
| Qualidade da Dinâmica/jogo de tabuleiro | BOM | 31 |
| Quanto a sua participação | BOM | 27 |
| | Precisa melhorar | 4 |
| Qualidade das informações prestadas | BOM | 31 |
| TOTAL | | 31 |

Fonte: autores

¹¹ Por questões éticas, não vamos nominar a escola onde a atividade é desenvolvida, sendo que vamos nos referir a ela como Escola A.

O objetivo da avaliação realizada com as turmas é verificar o grau de satisfação dos jovens contemplados com relação ao acolhimento realizado pela equipe de extensionistas e à qualidade da dinâmica utilizada. Pretendemos ainda proporcionar espaço para a realização de uma auto avaliação dos jovens com relação a sua própria participação na dinâmica proposta, além de auferir sua opinião a respeito das informações prestadas durante a atividade, também coletando possíveis sugestões.

De acordo com o quadro apresentado, vemos que a turma em questão contava com 31 jovens, que tinham a faixa etária entre 14 e 17 anos. No que se refere à avaliação, a maioria das respostas foi positiva, com conceito BOM, sendo que no que se refere à sua própria participação, apenas quatro (4) alunos responderam que precisavam melhorar.

A proposta participativa da dinâmica do jogo estimula o senso crítico dos alunos, proporcionando que os mesmos exponham suas opiniões e até as defendam perante o grande grupo.

Destaca-se que vinte (20) alunos consideraram que a duração do evento deve ser aumentada, nove (9) escreveram que ela deve ser mantida e apenas dois (2) consideraram que a duração deve ser reduzida. Como sugestão, os alunos desta turma apontaram a possibilidade de transformar a dinâmica realizada em um evento/palestra, para que houvesse ampliação das discussões a respeito da Lei Maria da Penha.

Esses dados demonstram o interesse dos jovens com relação à temática, ou seja: trata-se de um tema sobre o qual eles tem interesse em ampliar o conhecimento. Outras sugestões que apareceram foram: que a metodologia poderia contemplar um número maior de perguntas, inserindo perguntas diferentes, relacionadas a outros assuntos.

Tais informações demonstram a potencialidade da ação, que pode ser ampliada de forma a contemplar outras temáticas transversais que precisam ser discutidas com os jovens no âmbito da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este trabalho, temos a consciência de que estamos longe de esgotar o assunto por hora proposto. Verificou-se que para os sujeitos participantes, a reflexão sobre essa temática é um dos eixos centrais da desnaturalização da violência de gênero.

Sabemos que não podemos viver em uma sociedade patriarcal, nem tão pouco precisamos inculcar a ideia de uma sociedade matriarcal, mas precisamos sim de uma sociedade imparcial, onde todos sejamos sujeitos de direitos iguais sem distinção de sexo, raça, cor ou orientação sexual. Para encontrar uma resolutividade para essa questão da violência de gênero, a culpabilização ou o próprio silêncio da mulher, não basta apenas destituir os paradigmas e imposições da Igreja, ou só investir em políticas públicas de atendimento às mulheres, pois o discurso legitimador foi construído e naturalizado no cotidiano da maior parte das pessoas.

Para isso é necessário mudar, mostrar que talvez essa cultura tão distante para alguns é possível e tem nome: se chama cultura de paz, onde a educação e respeito pelos demais é essencial. Para isso, devemos questionar e enfrentar o machismo em todas as suas versões, pois esse é um problema de todos, não cabendo apenas às mulheres pensar em alternativas para superá-lo, pois deve ser um compromisso pessoal e coletivo de toda a sociedade.

Além disso, o atual contexto social brasileiro demonstra a importância de informar os jovens a respeito das estratégias de enfrentamento a este tipo de violência, promovendo também o seu empoderamento para enfrentar possíveis situações de conflito familiar e violência doméstica a que possam estar expostos. Então trazer aos jovens tais discussões se faz importante para que haja um impacto positivo nessa geração, visando desenvolver o entendimento com relação ao respeito para com a mulher como sujeito de direitos, preparando-os para a vida adulta.

A implementação deste projeto nos faz pensar e repensar constantemente sobre as possibilidades e limites encontrados, sendo que cabe mencionar algumas das proposições que nos ocorrem. Dentre elas, a constatação de que, apesar dos avanços da legislação, ainda se faz necessária a intensificação de campanhas de conscientização voltadas a diferentes públicos. Nesse cenário, a extensão universitária pode oferecer grande contribuição, em uma relação direta da Universidade com as demandas emergentes dos mais variados grupos sociais.

Retomando as proposições, vemos que a problematização com a escola a respeito das situações verbalizadas pelos alunos, refletindo e pontuando a necessidade de maior diálogo e acolhimento no próprio ambiente escolar, faz parte de um caminho ainda frágil.

Da mesma forma, o envolvimento dos professores para com a proposta do projeto ainda fica muito a desejar, sobretudo quando considerados o contexto de desvalorização e precarização de seu próprio trabalho. Assim, chegar ao nível da gestão das diferentes políticas, especialmente da educação, é ainda um desafio, para que tais ações não tenham um fim em si mesmas, mas possam, ao contrário, provocar mudanças nos comportamentos e atitudes.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro. Campus, 1992.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.340** de 07 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/lei/11340.htm> Acesso em: 23 out. 2010.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Código de ética dos assistentes sociais**, aprovado em 13 de março de 1993, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS no 290/94 e 293/94. In: Coletânea de Leis. Porto Alegre: CRESS, 2000.

_____. Presidência da República. **Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher**. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Brasília, 2007.

CARRARA, Sérgio. Educação, diferença, diversidade e desigualdade. In: **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais: livro de conteúdos**. Brasília: MEC, 2009.

CAVALCANTI, L. F.; ZUCCO, L. P.; SILVA, M. V. A extensão universitária na prevenção na violência sexual. In: **Revista Espaço para a Saúde**. Londrina, v.6, n.2, p. 23-28, jun. 2005.

CEDAW, Pequim e os objetivos de desenvolvimento do milênio – ODM. **Rumo à igualdade de gênero**, 2000.

ELUF, Luíza Nagib. **A paixão no banco dos réus**. [São Paulo]: Saraiva, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. Ed. – São Paulo: Cortez. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 17 jan. 2016.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 20 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LISBOA, Teresa Kleba; PINHEIRO, Eliane Aparecida. A intervenção do serviço social junto à questão da violência contra a mulher. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 8, n. 2, jul./dez. 2005.

OLIVEIRA, Glaucia Fontes de. Violência de gênero e a Lei Maria da Penha. **Conteúdo Jurídico**. Brasília, 06 out. 2010.

OLIVEIRA, C. H. Qual é o papel da extensão universitária?: algumas reflexões acerca da relação entre universidade, políticas públicas e sociedade. In: Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2., 2004, Belo Horizonte. **Anais do...** Belo Horizonte, 2004.

QUEIROZ, Fernanda M. DINIZ, Maria I. Serviço social, lutas feministas e a violência contra a mulher. In: **Revista Temporális**. Brasília, ano 14, n. 28, p. 95-112, jul./dez. 2014.

TATAGIBA, Maria Carmen. **Vivendo e Aprendendo com grupos**: uma metodologia construtivista de dinâmica de grupo. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

TORNET, Ivo. Educação e formação humana. In: **Revista UNIOESTE**. Foz do Iguaçu, v. 8, n. 9, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, jul/dez. 1995.

Data de recebimento: 06 de junho de 2017.

Data de aceite para publicação: 12 de setembro de 2017.